



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a aprovação de Moção de apoio às propostas dos(as) Servidores(as) da Área Ambiental (IBAMA, ICMBIO, MMA e SFB), bem como aos pedidos de providências encaminhados aos poderes Executivo e Legislativo, para solucionar a crise socioambiental no Brasil, na forma que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a aprovação de Moção de apoio deste Colegiado às propostas dos(as) Servidores(as) da Área Ambiental (IBAMA, ICMBIO, MMA e SFB), bem como aos pedidos de providências encaminhados ao poderes Executivo e Legislativo, para solucionar a crise socioambiental no Brasil, na forma que especifica.

A- Pedido de providências no âmbito do Poder Executivo com vistas a salvar nossa biodiversidade, nossas águas e nossa qualidade de vida.

- 1. descontingenciar imediatamente todos os recursos cortados no orçamento deste ano e aumentar os limites orçamentários, bem como liberar os respectivos recursos financeiros;*
- 2. retomar a operacionalização do Fundo Amazônia, do Fundo Clima, da Compensação Ambiental, da Conversão de Multas e do recebimento de todas as doações nacionais e internacionais que não impliquem em perda de soberania sobre nosso território e riquezas;*
- 3. implementar a 4ª fase do PPCDAm (Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia), ignorado pelo atual ministro;*
- 4. nomear para todos os cargos comissionados dirigentes com capacidade técnica e de gestão, preferencialmente servidores públicos integrantes da Carreira de Especialista em Meio Ambiente;*
- 5. garantir respaldo ao trabalho técnico dos órgãos ambientais e seus servidores e oferecer recursos logísticos adequados para atuação dos órgãos;*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6. realizar concursos públicos para que, em pouco tempo, possamos atingir o número ideal de servidores em todo o Brasil;

7. restituir integralmente ao MMA o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), incluindo o Cadastro Ambiental Rural, a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e a Agência Nacional de Águas (ANA) e retomar a atuação do Ministério do Meio Ambiente nas áreas de mudanças climáticas, desenvolvimento rural sustentável, educação ambiental e extrativismo;

8. restabelecer a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para garantir que não haja lacunas de representação setoriais e/ou geográficas, bem como de outros órgãos colegiados importantes para as políticas sociais e ambientais do país, a exemplo dos que operacionalizam o Fundo Amazônia e a Compensação Ambiental;

9. instituir o pagamento de adicional de interiorização para todos servidores que trabalham em locais de difícil acesso, permanência ou estratégicos;

10. instituir o pagamento de adicional de risco para todos os servidores que atuam em campo;

11. investigar exemplarmente o propagado “Dia do Fogo”;

12. punir todos os criminosos ambientais, na forma da lei;

B- Pedido de providências no âmbito do Poder Legislativo e de acordo com a proposta do Fórum Permanente em Defesa da Amazônia

1- aprovar projetos positivos ao meio ambiente;

2- suspender a tramitação das proposições negativas ao meio ambiente, aos direitos das populações tradicionais e povos indígenas; Como exemplos, destacamos: arquivar a proposição que coloca em perigo as Reservas Legais; arquivar a proposição que propõe o enfraquecimento do licenciamento ambiental, para evitar que tragédias produzidas pela Samarco e a Vale em Mariana e Brumadinho se repitam e; arquivar a proposição que indevidamente libera a caça de animais silvestres no país;

3- aprovar o porte de armas aos servidores que atuam efetivamente nas atividades de fiscalização.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento tem por objetivo consignar total e irrestrito apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal às relevantes propostas e sugestões elaboradas pelos servidores da Área Ambiental, notadamente aqueles que desempenham suas atribuições no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO); Ministério do Meio Ambiente (MMA); e Serviço Florestal Brasileiro (SFB), propostas estas encaminhadas aos poderes Executivo e Legislativo como forma de contribuir para a solução da crise socioambiental no Brasil. Além disso, busca-se respaldar os pedidos de providências contidas em carta dos servidores que foi entregue ao presidente desta Casa, no dia 04 de setembro do corrente, por ocasião da realização de Comissão Geral para discutir “A preservação e proteção da Amazônia”.

No primeiro documento, os servidores dos órgãos ambientais federais propõem à sociedade brasileira a adoção de medidas para estancar a crise socioambiental no curto prazo e iniciar um processo de reestruturação da política socioambiental, destacando que “há capacidade técnica e institucional para reverter esse quadro de destruição, desde que haja vontade política”.

Destacam que o aumento vertiginoso dos desmatamentos e das queimadas em 2019 são a face mais visível da crise que o país atravessa e que, no caso específico da Amazônia, é reflexo da escassez histórica de investimentos do Estado e de políticas de desenvolvimento efetivas e sustentáveis, cuja situação agravou-se nos últimos anos, sobretudo em 2019, a partir do discurso governamental hostil aos órgãos e políticas ambientais, culminando na crise ambiental hoje vivenciada no país.

Ainda de acordo com o documento, “o que diferencia esta crise de outras anteriores é o desmonte, por ação ou omissão dos atuais gestores, da política ambiental, dirigentes que não têm, em geral, experiência e capacitação para ocuparem os cargos”. Na contramão das políticas socioambientais, destacam os servidores, os gestores dessa política não apresentaram propostas “para redirecionar ou aperfeiçoar a política socioambiental, apenas discursos para destruir e desfazer tudo que foi construído nas últimas quatro ou cinco décadas”.

Ao final, os servidores públicos da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente conclamam a população brasileira cobre das autoridades a adoção de medidas necessárias para a solução da crise atual.

Face à legitimidade das solicitações encaminhadas pelos servidores públicos aos poderes Executivo e Legislativo com vistas a contribuir para o controle da crise atual na Amazônia, bem como de ações efetivas e sustentáveis para a proteção e conservação do Meio Ambiente e o fortalecimento dos órgãos ambientais, esta Comissão de Direitos Humanos posiciona-se, por meio desta moção, assinalando amplo e irrestrito apoio às propostas em epígrafe.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**